

## RELATÓRIO DE AUDITORIA

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de "J. NEVES D. – CORRETOR DE SEGUROS, UNIPessoal, LDA." (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 165.422 euros e um total de capital próprio de 147.209 euros, incluindo um resultado líquido de 14.393 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do "J. NEVES D. – CORRETOR DE SEGUROS, UNIPessoal, LDA." em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.


#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfase

A nossa certificação legal das contas relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, emitida em 20 de julho de 2016, continha uma Reserva relativa aos valores comparativos de 2014, porquanto esses não haviam sido objecto de Certificação, situação que neste exercício deixou de se verificar.

 A nossa opinião não é alterada em relação a esta matéria.

### **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação adequada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;

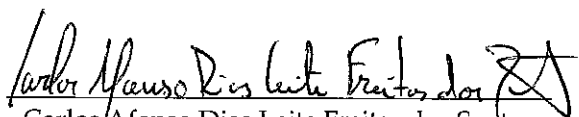
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

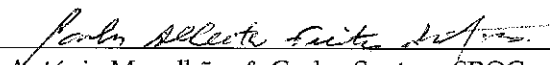
### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, n.º3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 20 de julho de 2017



Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos  
R.O.C. n.º.1314 – ROC Executor  
Registo na CMVM n.º.20160924



António Magalhães & Carlos Santos - SROC  
representada pelo Sócio-Administrador  
Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. n.º.177  
Registo na CMVM n.º.20160037

# DOSSIER FISCAL

# 2016

## J. NEVES D. - CORRETOR DE SEGUROS, UNIPESSOAL, LDA

**SEDE:** AVENIDA DA REPÚBLICA, 1786 - 1º SALA 1  
4430-194 VILA NOVA DE GAIA

**NIPC:** 507 520 505                      **CAPITAL SOCIAL:** 50.000,00 €

**MATRICULA:** CONSERVATÓRIA DO REGISTO COMERCIAL DO  
PORTO SOB N.º 507520505

**CONTEÚDO:** | RELATÓRIO DE GESTÃO  
| BALANÇO  
| DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS  
| DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO  
| DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
| DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
| ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

## Índice

### Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016

RELATÓRIO DE GESTÃO .....	4
Balanço Individual a 31 de dezembro de 2016 .....	8
Demonstração dos Resultados por Naturezas .....	9
Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio.....	10
Demonstração Individual de Fluxos de Caixa .....	11
Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais .....	12
1. Nota introdutória.....	12
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras .....	12
3. Principais políticas contabilísticas .....	13
4. Ativos fixos tangíveis .....	17
5. Outros ativos financeiros .....	17
6. Estado e outros entes públicos.....	18
7. Outros créditos a receber .....	18
8. Diferimentos.....	19
9. Caixa e depósitos bancários.....	19
10. Capital subscrito .....	19
11. Reserva legal e livre.....	19
12. Resultados transitados.....	20
13. Capitais próprios .....	20
14. Financiamentos obtidos.....	21
15. Outras dívidas a pagar .....	21
16. Clientes e Fornecedores .....	22
17. Vendas e prestações de serviços .....	22
18. Fornecimentos e serviços externos .....	23
19. Gastos com o pessoal.....	23
20. Outros rendimentos .....	24
21. Outros gastos.....	24
22. Resultados financeiros.....	25
23. Eventos subsequentes .....	25
24. Informações exigidas por diplomas legais.....	25
25. CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS .....	26

*J. Neves*

Demonstrações Financeiras Individuais  
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016

## RELATÓRIO DE GESTÃO

Em cumprimento do disposto nos artigos 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais apresentamos, com referência ao exercício de dois mil e dezasseis, o relatório de gestão da sociedade comercial por quotas **J. Neves D. – Corretor de Seguros, Unipessoal, Lda.**

### 1 - CONDIÇÕES DE MERCADO

As diversas alterações legislativas introduzidas no setor onde a empresa se insere, vieram fomentar a competitividade entre mediadores assim como entre as diferentes Companhias de Seguros. Este facto aliado à crise económica e financeira instalada no país, faz com que seja necessário inovar e estar atento às oportunidades que possam surgir. Para o efeito, torna-se necessário que toda a organização seja uma equipa e adote um comportamento pró-ativo.

Aguardamos boas notícias com a saída da crise instalada no país. Segundo o que a imprensa nos faz chegar, pela primeira vez Portugal conseguiu atingir a meta estabelecida na União Europeia, conseguiu reestabelecer salários, pensões e horas trabalhadas aos níveis anteriores à crise económica de 2008. Além disso, a economia portuguesa cresce há três anos seguidos. Portanto, são estas boas notícias que impulsionam o optimismo na retoma e no crescimento dos mercados, e consequentemente também o mesmo acontece com as famílias, consumidores e empresas em geral.

No que diz respeito à nossa empresa, conseguimos manter-nos a laborar a bom ritmo, apesar de toda a envolvente oscilar, o que nos faz crer que tudo é incerto e efémero.

Procurámos ainda obter melhor rentabilidade com a carteira existente. Congratulamo-nos com os resultados contabilísticos do ano que, de certa forma, espelham o sucesso das nossas iniciativas.

### 2 - INVESTIMENTOS

A empresa tem adquirido o que é necessário e indispensável ao bom funcionamento da sua atividade.

É nossa vama manter inalterada a nossa atuação, mantendo os níveis de contenção da despesa, continuando a cativar os clientes mais estáveis e apostando em seguradoras que nos apoiem a todos os níveis.

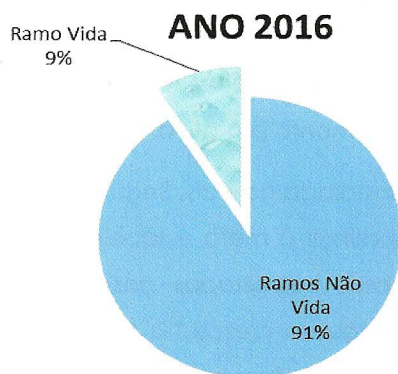
*J. Neves*

Acresce ainda que no início de 2017 findará o empréstimo da compra das nossas instalações. O que nos vem oferecer mais fundo de maneio e possibilidade de investir e/ou renovar algum equipamento de apoio administrativo.

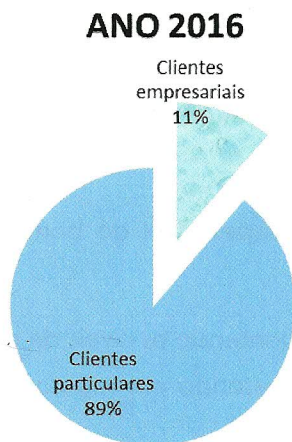
### 3 – GANHOS E GASTOS - SÍNTESE DA ATIVIDADE

A sociedade apresenta-se no mercado como corretora de seguros dos Ramos Vida e Não Vida. Neste exercício o volume de negócios atingiu o montante de 87.525,40€ dizendo respeito ao desenvolvimento da atividade da empresa, unicamente, a mediação de seguros.

Constatou-se assim um acréscimo de cerca 7% relativamente ao exercício anterior. O Ramo Vida representou cerca de 9% do volume de negócios da empresa em 2016.



No que diz respeito à estrutura da nossa base de dados, nomeadamente clientes particulares e empresariais, este último tem um peso de cerca de 20% do volume de negócios da empresa.

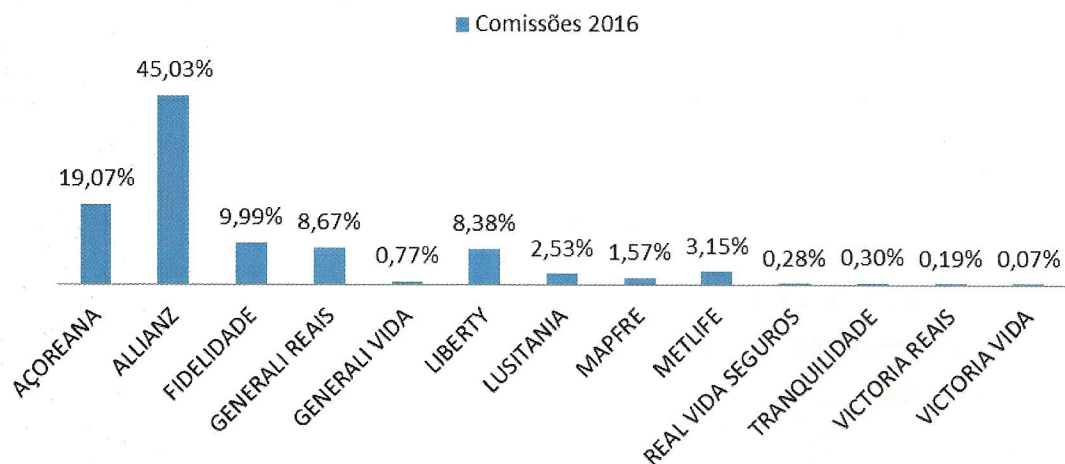




*J. Neves*

Quanto às comissões recebidas por Companhia, a nossa carteira encontra-se assim distribuída:

## Comissões por Companhia de Seguros



Os gastos atingiram o montante de 75.053,08€ e os ganhos atingiram o valor total de 93.073,25€, o que originou um resultado líquido positivo de 14.392,64€ tendo-se registado um imposto sobre o rendimento de 3.627,53€.

Da análise aos gastos e proveitos merecem ainda relevo os seguintes pontos:

- ☐ Os fornecimentos e serviços externos têm um peso aproximado de 22% na estrutura de custos da empresa.
- ☐ Os custos com o pessoal têm um peso aproximado de 70% na estrutura de custos da empresa, e corresponde ao pagamento de salários, e respetivos encargos, em média a cinco pessoas.

#### 4 – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Até à data de conclusão deste relatório não ocorreram factos significativos que mereçam destaque.

## 5 – EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SOCIEDADE

A sociedade tem como objetivo a continuidade da empresa, consolidando a posição competitiva de mercado.

## 6 – OUTRAS INFORMAÇÕES

Cumprindo as respetivas disposições legais, referimos que à data de 31 de Dezembro de 2016 não existiam débitos ao Estado e Outros Entes Públicos, incluindo a Segurança Social, cujo pagamento estivesse em mora, dado que todos os impostos e contribuições têm sido pontualmente pagos.

A empresa no decorrer da sua actividade tem em consideração as questões relacionadas com a preservação do meio ambiente, adotando as práticas necessárias para reduzir ao máximo possíveis danos ambientais.

## 7 – PROPOSTA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

A Gerência da sociedade propõe que o Resultado Líquido positivo apurado, no valor de 14.392,64€, seja assim transferido:

5% para Reservas Legais, o valor de 719,63€;

20% para Reservas Livres, o valor de 2.878,53€;

O remanescente, no valor de 10.794,48€, para a conta de Resultados Transitados.

## 8 – AGRADECIMENTOS

Finalmente queremos deixar uma palavra de apreço aos nossos clientes, fornecedores e banca, e a todos os colaboradores da empresa pela dedicação, competência e compreensão demonstrados.

Vila Nova de Gaia, 28 de Maio de 2017

A Gerência,

 **J. NEVES**  
Corretor de Seguros  
a gerência  
*José Neves*

Balanço Individual a 31 de dezembro de 2016

	NOTAS	31 Dez 2016	31 Dez 2015
<b>ATIVO</b>			
(Valores expressos em Euros)			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	69.427,71 €	72.126,42 €
Investimentos financeiros	5	203,44 €	106,82 €
Acionistas/sócios		- €	- €
<i>Total do Ativo não corrente</i>		<u>69.631,15 €</u>	<u>72.233,24 €</u>
<b>Ativo Corrente</b>			
Inventários		- €	- €
Clientes	16	- €	7.512,43 €
Estados e outros entes públicos		- €	- €
Acionistas/sócios		- €	- €
Outras créditos a receber	6	83.659,45 €	74.377,07 €
Diferimentos	8	3.561,60 €	64,69 €
Caixa e depósitos bancários	9	8.569,84 €	6.077,90 €
<i>Total do Ativo corrente</i>		<u>95.790,89 €</u>	<u>88.032,09 €</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><b>165.422,04 €</b></u>	<u><b>160.265,33 €</b></u>

**CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO**

<b>Capital próprio</b>			
Capital subscrito	10 / 13	50.000,00 €	50.000,00 €
Reservas legais	11 / 13	6.818,86 €	6.192,44 €
Outras reservas	11 / 13	16.076,84 €	13.571,14 €
Resultados transitados	12 / 13	59.921,04 €	50.524,68 €
		<u>132.816,74 €</u>	<u>120.288,26 €</u>
Resultado líquido do período		14.392,64 €	12.528,48 €
<i>Total do capital próprio</i>		<u><b>147.209,38 €</b></u>	<u><b>132.816,74 €</b></u>

**Passivo.**

<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	14	- €	5.050,70 €
<i>Total do Passivo não corrente</i>		<u>- €</u>	<u>5.050,70 €</u>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	16	1.363,70 €	1.802,20 €
Adiantamentos de clientes		- €	- €
Estado e outros entes públicos	6	3.139,91 €	2.997,18 €
Acionistas/sócios		- €	- €
Financiamentos obtidos	14	3.592,52 €	7.203,72 €
Diferimentos	8	1.160,57 €	80,49 €
Outras dívidas a pagar	15	8.955,96 €	10.314,30 €
<i>Total do Passivo corrente</i>		<u>18.212,66 €</u>	<u>22.397,89 €</u>
<i>Total do passivo</i>		<u>18.212,66 €</u>	<u>27.448,59 €</u>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<u><b>165.422,04 €</b></u>	<u><b>160.265,33 €</b></u>

Vila Nova de Gaia, 28 de Maio de 2017  
 O Contabilista Certificado,

*Maria Suzana Teixeira*

A Gerência,

 **J. NEVES**  
 Corretor de Seguros

a gerência  
*José Neves*

**Demonstração dos Resultados por Naturezas  
 no período findo em 31 de dezembro de 2016**

	<u>NOTAS</u>	<u>31 Dez 2016</u>	<u>31 Dez 2015</u>
(Valores expressos em Euros)			
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>			
Vendas e serviços prestados	17	87.525,40 €	81.847,16 €
Subsídios à exploração		- €	- €
Variação nos inventários da produção		- €	- €
Trabalhos para a própria entidade		- €	- €
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		- €	- €
Fornecimentos e serviços externos	18	(17.050,21€)	(16.128,21€)
Gastos com o pessoal	19	(52.971,91€)	(49.685,55€)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		- €	- €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		- €	- €
Provisões (aumentos/reduções)		- €	- €
Outras imparidades (perdas/reversões)		- €	- €
Aumentos/reduções de justo valor		- €	- €
Outros rendimentos	20	5.534,10 €	5.389,76 €
Outros gastos	21	(2.229,35€)	(2.460,11€)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos</b>		<b>20.808,03 €</b>	<b>18.963,05 €</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(2.698,71€)	(3.354,94€)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>18.109,32 €</b>	<b>15.608,11 €</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	22	13,75 €	150,94 €
Juros e gastos similares suportados	22	(102,90€)	(250,25€)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>18.020,17 €</b>	<b>15.508,80 €</b>
Imposto sobre o rendimento do período		(3.627,53€)	(2.980,32€)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>14.392,64 €</b>	<b>12.528,48 €</b>

Vila Nova de Gaia, 28 de Maio de 2017  
 O Contabilista Certificado,

*Maria Aurora Pereira Reis*

A Gerência,

 **J. NEVES**  
 Corretor de Seguros  
 a gerência

*João Neves*

**Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio**  
 no período de janeiro a dezembro de 2015 e de 2016

DESCRICO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa										Total do Capital Próprio				
		Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transilados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações do capital próprio		Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	
<b>POSICAO NO INICIO DO PERIODO DE 2014</b>	13	50.000,00 €	- €	- €	- €	6.192,44 €	13.571,14 €	50.524,68 €	- €	- €	- €	- €	- €	12.528,48 €	132.816,74 €	- €
<b>ALTERACOES NO PERIODO</b> Primeira adoção de novo referencial contabilístico Alterações de políticas contabilísticas Diferenças de conversão de demonstrações financeiras Realização de excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis respelvas variações Ajustamentos por impostos diferidos Outras alterações reconhecidas no capital próprio		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
<b>TOTAL ALTERACOES DO PERIODO</b>		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
<b>RESULTADO LIQUIDO DO PERIODO</b>		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	14.392,64 €	14.392,64 €	- €
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	14.392,64 €	14.392,64 €	- €
<b>OPERACOES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERIODO</b> Realizações de capital Realizações de prémios de emissão Distribuições Entradas para cobertura de perdas Outras operações	12/13	- €	- €	- €	- €	626,42 €	2.505,70 €	9.396,34 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
<b>TOTAL OPERACOES DEITORES DE CAPITAL</b>		- €	- €	- €	- €	626,42 €	2.505,70 €	9.396,34 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
<b>POSICAO NO FIM DO PERIODO DE 2014</b>	13	50.000,00 €	- €	- €	- €	6.818,86 €	16.076,84 €	59.921,04 €	- €	- €	- €	- €	- €	14.392,64 €	147.209,38 €	- €

DESCRICO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa										Total do Capital Próprio				
		Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transilados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações do capital próprio		Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	
<b>POSICAO NO INICIO DO PERIODO DE 2015</b>		50.000,00 €	- €	- €	- €	5.646,96 €	11.389,21 €	45.615,33 €	- €	- €	- €	- €	- €	10.909,66 €	123.561,16 €	- €
<b>ALTERACOES NO PERIODO</b> Primeira adoção de novo referencial contabilístico Alterações de políticas contabilísticas Diferenças de conversão de demonstrações financeiras Realização de excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis respelvas variações Ajustamentos por impostos diferidos Outras alterações reconhecidas no capital próprio		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
<b>TOTAL ALTERACOES DO PERIODO</b>		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
<b>RESULTADO LIQUIDO DO PERIODO</b>		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	12.528,48 €	12.528,48 €	- €
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	12.528,48 €	12.528,48 €	- €
<b>OPERACOES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERIODO</b> Realizações de capital Realizações de prémios de emissão Distribuições Entradas para cobertura de perdas Outras operações		- €	- €	- €	- €	545,48 €	2.181,93 €	4.909,35 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
<b>TOTAL OPERACOES DEITORES DE CAPITAL</b>		- €	- €	- €	- €	545,48 €	2.181,93 €	4.909,35 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
<b>POSICAO NO FIM DO PERIODO DE 2015</b>		50.000,00 €	- €	- €	- €	6.192,44 €	13.571,14 €	50.524,68 €	- €	- €	- €	- €	- €	12.528,48 €	136.089,64 €	- €

**J. NEVES**  
 Corretor de Seguros  
 A Gerência, a gerência

Vila Nova de Gaia, 28 de Maio de 2017  
 O contabilista Certificado,  
*Mandiliana Arzama Teixeira*

**Demonstração Individual de Fluxos de Caixa  
 do período findo em 31 de dezembro de 2016**

	NOTAS	31 Dez 2016	31 Dez 2015
(Valores expressos em Euros)			
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</b>			
Recebimentos de clientes		82.795,75 €	56.180,00 €
Pagamentos a fornecedores		- 4.231,59 €	- 1.660,34 €
Pagamentos ao pessoal		- 39.668,37 €	- 34.406,30 €
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>38.895,79 €</b>	<b>20.113,36 €</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		- 5.143,32 €	- 1.992,00 €
Outros recebimentos/pagamentos		- 22.509,48 €	- 14.195,90 €
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>11.242,99 €</b>	<b>3.925,46 €</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	- €	- 1.460,86 €
Ativos intangíveis		- €	- €
Investimentos financeiros		- €	- €
Outros activos		- €	- €
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		- €	- €
Ativos intangíveis		- €	- €
Investimentos financeiros		- €	- €
Outros ativos		- €	- €
Subsídios ao investimento		- €	- €
Juros e rendimentos similares	22	13,75 €	150,94 €
Dividendos		- €	- €
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>		<b>13,75 €</b>	<b>- 1.309,92 €</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		- €	- €
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		- €	- €
Cobertura de prejuízos		- €	- €
Doações		- €	- €
Outras operações de financiamento		- €	- €
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos	14	- 8.661,90 €	- 7.203,72 €
Juros e gastos similares	23	- 102,90 €	- 250,25 €
Dividendos		- €	- €
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		- €	- €
Outras operações de financiamento		- €	- 2.318,75 €
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>		<b>- 8.764,80 €</b>	<b>- 9.772,72 €</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>2.491,94 €</b>	<b>- 7.157,18 €</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		<b>- €</b>	<b>- €</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	9	<b>6.077,90 €</b>	<b>13.235,08 €</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	9	<b>8.569,84 €</b>	<b>6.077,90 €</b>

Vila Nova de Gaia, 28 de Maio de 2017

O Contabilista Certificado,

*Márcia Susana Pereira*

 **J. NEVES**  
 Corretor de Seguros  
 a gerência

*J. Neves*

*J. Neves*

**J. NEVES D. – CORRETOR DE SEGUROS, UNIPessoal, LDA**

**Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais  
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016**

(Valores expressos em Euros)

**1. Nota introdutória**

A Empresa **J. Neves D. – Corretor de Seguros, Unipessoal, Lda.** foi constituída em Janeiro de 2006 como empresa mediadora de seguros, tem a sua sede na Avenida da República, n.º 1786 – 1º Sala 1, em Vila Nova de Gaia.

Em Setembro de 2015 passou a sociedade corretora de seguros, categoria estabelecida pela entidade reguladora deste setor, a ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (EX - Instituto de Seguros de Portugal).

A empresa tem como atividade principal exclusivamente a mediação de seguros, conforme legislação vigente.

**2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

a) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

b) Regime do acréscimo

A empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e

os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos".

c) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

d) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

e) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

f) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

g) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

### **3. Principais políticas contabilísticas**

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.



### 3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da empresa são apresentadas em Euros. O Euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transacção.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transacções bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transacções.

### 3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<b>Anos de vida útil</b>
Edifícios e outras construções	5 - 20
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 4

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros

*J. Neves*

rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

### 3.3. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 17% sobre a matéria coletável até € 15.000.00, aplicando-se a taxa de 21% para a restante matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,25% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da empresa dos anos de 2012 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

### 3.4. Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

### 3.5. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

### 3.6. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

### 3.7. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

### 3.8. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da empresa.

O rédito decorrente da prestação de serviços é reconhecido da demonstração de resultados, líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

O rédito decorrente das prestações de serviços não é reconhecido se existirem dúvidas quanto à aceitação da prestação do serviço ou quanto à cobrança da prestação do serviço.

A empresa procede ao registo das comissões (rédito) geradas com a atividade no momento em que procede à prestação de contas com a seguradora. Altura em que também procede à entrega do prémio líquido da comissão à respetiva Companhia de Seguros.

Os gastos e rendimentos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Quando uma conta a receber se encontra em imparidade, a empresa reduz o seu valor contabilístico para o valor recuperável, sendo este igual ao valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

*J. Neves*

#### 4. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respectivas depreciações, nos exercícios de 2015 e de 2016 foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2015					
Saldo em 01-Jan-2015	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2015
<b>Custo:</b>					
Edifícios e outras construções	86.545	-	-	-	86.545
Equipamento básico	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	9.831	1.460	-	-	11.291
Outros activos fixos tangíveis	2.148	-	-	-	2.148
Investimentos em curso	-	-	-	-	-
<b>98.524</b>	<b>1.460</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>99.983</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Edifícios e outras construções	13.317	2.167	-	-	15.483
Equipamento básico	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	9.307	920	-	-	10.227
Outros activos fixos tangíveis	1.879	268	-	-	2.148
<b>24.503</b>	<b>3.355</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>27.858</b>

31 de Dezembro de 2016					
Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
<b>Custo:</b>					
Edifícios e outras construções:	86.545	-	-	-	86.545
Equipamento básico	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	11.291	-	-	-	11.291
Outros activos fixos tangíveis	2.148	-	-	-	2.148
Investimentos em curso	-	-	-	-	-
<b>99.984</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>99.984</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Edifícios e outras construções:	15.483	2.167	-	-	17.650
Equipamento básico	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	10.227	532	-	-	10.759
Outros activos fixos tangíveis:	2.148	-	-	-	2.148
<b>27.858</b>	<b>2.699</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>30.557</b>

#### 5. Outros ativos financeiros

Em 1 de outubro de 2013 a Lei 70/2013, de 30 de agosto, criou dois fundos de compensação de trabalho, com o intuito de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação de contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

*Jalva*

O FCT (Fundo de Compensação do Trabalho) é um fundo de capitalização individual financiado pelas entidades empregadoras por meio de contribuições mensais e é calculada nos termos do artigo 366º do Código do Trabalho.

	31-Dez-2016	31-Dez-2015
<b>Saldo FCT</b>	203	107

#### 6. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2016 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez-2016	31-Dez-2015
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Outros impostos e taxas	-	-
	-	-
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	1.462	962
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	138	139
Segurança Social	1.534	1.886
Outros impostos e taxas	5	10
	<b>3.140</b>	<b>2.997</b>

#### 7. Outros créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2016, a rubrica "Outras contas a receber" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-2016		31-Dez-2015	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	-
Seguradoras	-	6.352	-	27.121
Tomadores	-	-	-	-
Agentes	-	-	-	-
Outros	-	77.308	-	47.256
	-	<b>83.659</b>	-	<b>74.377</b>
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	<b>83.659</b>	-	<b>74.377</b>

*J. Neves*

## 8. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2016 os saldos da rubrica "Diferimentos" do ativo e passivo foram como segue:

	<u>31-Dez-2016</u>	<u>31-Dez-2015</u>
<b>Diferimentos ( Ativo)</b>		
Valores a faturar	3.495	-
Seguros pagos antecipadamente	-	-
Juros a pagar	-	-
Outros gastos a reconhecer	67	65
	<u>3.562</u>	<u>65</u>
<b>Diferimentos ( Passivo)</b>		
Rendimentos a reconhecer	-	-
Outros rendimentos a reconhecer	-	-
Outros acrescimos de custos	1.161	80
	<u>1.161</u>	<u>80</u>

## 9. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2016, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<u>31-Dez-2016</u>	<u>31-Dez-2015</u>
Caixa	2.724	700
Depósitos à ordem	5.846	5.378
Outras	-	-
	<u>8.570</u>	<u>6.078</u>

## 10. Capital subscrito

Em 31 de Dezembro de 2016, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por uma quota com o valor nominal de cinquenta mil Euros.

## 11. Reserva legal e livre

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

É política da empresa constituir reservas livres, de 20% do resultado líquido do exercício. Esta conta apresenta um montante de 16.076,84€ e não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

## 12. Resultados transitados

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 31 de Março de 2016 foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício fosse assim transferido:

- 5% para Reservas Legais, o valor de 626,42€;
- 20% para Reservas Livres, o valor de 2.505,70€;
- o remanescente, no valor de 9.396,36€, para a conta de Resultados Transitados.

Será proposto na Assembleia Geral a realizar oportunamente, que o resultado líquido positivo apresentado neste exercício económico, no valor de 14.392,64€, seja assim transferido:

- 5% para Reservas Legais, o valor de 719,63€;
- 20% para Reservas Livres, o valor de 2.878,53€;
- o remanescente, no valor de 10.794,48€, para a conta de Resultados Transitados.

## 13. Capitais próprios

Os movimentos ocorridos no exercício em cada uma das rubricas de capitais próprios foram os seguintes:

<b>Variações nos capitais próprios</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Aplicações</b>	<b>Saldo Final</b>
Capital subscrito	50.000	-	-	50.000
Prestações Suplementares	-	-	-	-
Reservas Legais	6.192	626	-	6.819
Outras Reservas	13.571	2.506	-	16.077
Resultados Transitados	50.525	9.396	-	59.921
Resultados Líquidos	12.528	14.393	12.528	14.393
	<b>132.817</b>	<b>26.921</b>	<b>12.528</b>	<b>147.209</b>

#### 14. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2016 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-2016		31-Dez-2015	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários m.l.prazo	-	-	-	-
Contas caucionadas	-	-	-	-
Descobertos bancários contratados	-	-	-	-
Locações financeiras	-	-	-	-
Outros empréstimos (i)	-	3.593	5.051	7.204
	-	<b>3.593</b>	<b>5.051</b>	<b>7.204</b>

(i) O empréstimo obtido junto da Companhia de Seguros Allianz Portugal, S. A., serviu para adquirir as instalações que servem de sede à empresa. Inicialmente contraído em nome individual - porque a empresa veio dar continuidade à atividade que vinha desempenhando desde 1989 – o empréstimo foi renegociado em 2009, e responsabilizada a empresa pelo empréstimo simultaneamente com a aquisição formal (em nome da empresa) do bem inerente.

O empréstimo é reembolsável de acordo com um contrato. No entanto, verifica-se "facilidades" no prazo de reembolso, por se tratar de empresa cliente, onde existe relações comerciais diárias.

#### 15. Outras dívidas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2016 a rubrica "Outras contas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-Dez-2016		31-Dez-2015	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Remunerações a liquidar	-	6.647	-	7.385
Pessoal	-	2.309	-	2.929
Seguradoras	-	-	-	-
Tomadores	-	-	-	-
Agentes	-	-	-	-
Pessoal	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	-	-
	-	<b>8.956</b>	-	<b>10.314</b>



## 16. Clientes e Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2015 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-2016		31-Dez-2015	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
<b>Clientes</b>				
Clientes conta corrente	-	-	-	7.512
Clientes conta títulos a receber	-	-	-	-
Clientes factoring	-	-	-	-
Clientes de cobrança duvidosa	-	-	-	-
	-	-	-	<b>7.512</b>
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	-	-	<b>7.512</b>

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2016 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31 Dez 2016	31 Dez 2015
Fornecedores conta corrente	1.364	1.802
Fornecedores conta títulos a pagar	-	-
Fornecedores receção e conferência	-	-
Fornecedores outros	-	-
	<b>1.364</b>	<b>1.802</b>

A antiguidade dos saldos de fornecedores a 31 de Dezembro de 2016 apresentava-se como segue:

	0-30 dias
Fornecedores conta corrente	1.364
Fornecedores outros	-
	<b>1.364</b>

## 17. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2014 e de 2015 foram como segue:

	31-Dez-2016			31-Dez-2015		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	87.525	-	87.525	81.847	-	81.847
	<b>87.525</b>	-	<b>87.525</b>	<b>81.847</b>	-	<b>81.847</b>

## 18. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2016 foi a seguinte:

	<u>31-Dez-2016</u>	<u>31-Dez-2015</u>
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	6.812	6.121
Materiais	1.457	1.357
Energia e fluídos	1.253	1.429
Deslocações, estadas e transportes	1.393	940
Serviços diversos (*)	6.135	6.281
Comunicação	2.117	2.340
Despesas de Representação	994	868
Limpeza, higiene e conforto	1.687	1.464
Outros	1.337	1.609
	<u>17.050</u>	<u>16.128</u>

## 19. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2016 foi a seguinte:

	<u>31-Dez-2016</u>	<u>31-Dez-2015</u>
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	43.078	40.113
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	9.514	8.832
Seguros	249	266
Gastos de acção social	-	-
Outros gastos com pessoal	131	474
	<u>52.972</u>	<u>49.686</u>
<b>N.º médio de empregados</b>	<u>4</u>	<u>5</u>

## 20. Outros rendimentos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2016, foram como segue:

	<u>31-Dez-2016</u>	<u>31-Dez-2015</u>
Rendimentos suplementares	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	-	-
Outros rendimentos e ganhos	5.534	5.390
	<u>5.534</u>	<u>5.390</u>

A rubrica "outros rendimentos e ganhos", na sua maioria, regista o valor do subsídio recebido. Trata-se de uma Medida de Estágios de Emprego promovida, realizados e financiados pelo IEFP – Instituto de Emprego e formação Profissional.

## 21. Outros gastos

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2016, foram como segue:

	<u>31-Dez-2016</u>	<u>31-Dez-2015</u>
Impostos	2.120	1.822
Dividas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Outros gastos e perdas	110	638
	<u>2.229</u>	<u>2.460</u>

O valor mensurado na conta de impostos diz respeito ao valor retido de imposto do selo incidente sobre as comissões obtidas.

A rubrica "outros gastos e perdas", refere-se ao somatório de pequenos valores respeitantes a correções relativas ao exercício anterior, insuficiência na estimativa de impostos e uma coima.

## 22. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2015 e de 2016, tinham a seguinte composição:

	31-Dez-2016	31-Dez-2015
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	8	107
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	6	44
	<u>14</u>	<u>151</u>
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	103	250
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
	<u>103</u>	<u>250</u>
<b>Resultados financeiros</b>	<u>(89)</u>	<u>(99)</u>

## 23. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

## 24. Informações exigidas por diplomas legais

A Gerência informa que a empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Gerência informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Mais informa que, no âmbito da alteração da empresa para corretor de seguros, foi prestada garantia bancária por ordem da ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, através do Banco Popular, no valor de 18.760,00€.

Os honorários do Revisor Oficial de contas são de 1.000,00€ anuais acrescido de IVA à taxa normal.

## 25. CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

### Norma Regulamentar n.º 15/2009, de 30 de dezembro

As alíneas ausentes nesta nota não são aplicáveis à empresa.

#### a) Política contabilística para reconhecimento da remuneração

Informação incluída na Nota 3.8 – Rédito e regime do acréscimo.

#### b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e tipo

REMUNERAÇÕES (€)					
RAMO			ORIGEM		
FUNDOS	VIDA	NÃO VIDA	CLIENTES	OUTROS MEDIADORES	COMPANHIA DE SEGUROS
- €	8.015,96 €	79.509,44 €	- €	- €	87.525,40 €

REMUNERAÇÕES (€)				
NATUREZA		TIPO		
EM DINHEIRO	EM ESPÉCIE	COMISSÕES	HONORÁRIOS	OUTRAS REMUNERAÇÕES
87.525,40 €	- €	87.525,40 €	- €	- €

*John*

c) Total das remunerações relativas a contratos de seguros desagregados por Fundos de pensões, Ramos Vida e Ramos Não Vida e por origem

REMUNERAÇÕES (€)					TRANSFERÊNCIA DE VALORES	
COD. ASF	COMPANHIA DE SEGUROS	FUNDOS PENSÕES	RAMO VIDA	RAMO NÃO VIDA	Para entrega a Companhia de Seguros	Entregues por Companhia de Seguros
1001	AÇOREANA	- €	246,17 €	16.446,25 €	882,21 €	- €
1028	ALLIANZ	- €	6.785,32 €	32.626,69 €	374,79 €	- €
1011	FIDELIDADE	- €	- €	8.744,66 €	267,53 €	- €
1194	GENERALI REAIS	- €	- €	7.584,65 €	3.290,50 €	- €
1021	GENERALI VIDA	- €	674,68 €	- €	- €	- €
1010	LIBERTY	- €	3,85 €	7.331,82 €	3.020,48 €	- €
1026	LUSITANIA	- €	- €	2.214,63 €	752,96 €	- €
1186	MAPFRE	- €	- €	1.372,79 €	17,34 €	- €
1189	METLIFE	- €	- €	2.759,53 €	2.160,43 €	- €
1037	TRANQUILIDADE	- €	- €	258,91 €	423,62 €	- €
1029	REAL VIDA SEGUROS	- €	242,64 €	- €	17,77 €	- €
1160	VICTORIA REAIS	- €	- €	169,51 €	- €	- €
1096	VICTORIA VIDA	- €	63,30 €	- €	- €	- €

d) Nível de concentração de remunerações auferidas pela carteira



Nos termos conjugados da alínea b) do artigo 35º do Decreto-lei n.º 144/2006, de 31 de julho, e das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 30º da Norma Regulamentar n.º 17/2006-R, de 29 de dezembro, os corretores de seguros devem garantir a dispersão de carteira de seguros, nos termos seguintes:

- a) A percentagem de remunerações recebidas por contratos colocados numa empresa de seguros não pode exceder 50% do total das remunerações auferidas pela sua carteira; e
- b) Existência de, no mínimo, seis empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corretor represente, cada uma, pelo menos 5% do total das remunerações auferidas pela sua carteira, salvo se, no caso concreto, se verificar uma dispersão maior.

No primeiro ano em que apresentamos as contas como corretores, as comissões auferidas durante o ano de 2015 apresentaram uma concentração superior a 50% a uma Companhia de Seguros.

Já no exercício findo, e apesar dos nossos esforços para dispersar a carteira, infelizmente fechámos as contas não cumprindo o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º da Norma Regulamentar n.º 17/2006-R, de 29 de dezembro:

- auferimos remunerações de várias empresas de seguros mas em nenhuma delas a carteira excedeu os 50%, tendo assim cumprido o mencionado na alínea a);
- auferimos remunerações de cinco empresas de seguros cujas remunerações sejam superiores a 5%, ficando uma sexta a faltar 1,85% para os 5%.

*J. Neves*

e) Contas a receber e a pagar desagregadas por natureza

31 - DEZ - 2016

Por Natureza	Contas a receber	Contas a pagar
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios	0,00 €	0,00 €
Remunerações respeitantes a prémios de (res)seguros já cobrados e por cobrar	0,00 €	0,00 €
Outras quantias:		
- Saldo conta-corrente tomadores	0,00 €	0,00 €
- Saldo conta-corrente agentes	0,00 €	0,00 €
- Saldo conta-corrente seguradoras	6.351,71 €	0,00 €
- Credores por acréscimos de gastos	0,00 €	6.646,95 €
- Outros / pessoal	0,00 €	1.363,70 €
<b>Totais</b>	<b>6.351,71 €</b>	<b>8.010,65 €</b>

f) Idade das contas a receber vencidas no final do exercício

ANO DE VENCIMENTO	AGENTES		TOMADORES		OUTROS	
	COM IMPARIDADE	SEM IMPARIDADE	COM IMPARIDADE	SEM IMPARIDADE	COM IMPARIDADE	SEM IMPARIDADE
2016	- €	- €	- €	- €	- €	6.351,71 €

Não foi reconhecida qualquer imparidade por se tratarem de Companhias de Seguros com pagamentos regulares de prémios e sobre os quais podemos agir de momento.



g) Empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corretor de seguros representam, cada uma, pelo menos 5% do total das remunerações

Fundos de Pensões	Ramo Vida	Ramos Não Vida	Cod. ASF	Companhia de Seguros	% Comissões
- €	246,17 €	16.446,25 €	1001	AÇOREANA	19,07%
- €	6.785,32 €	32.626,69 €	1028	ALLIANZ	45,03%
- €	- €	8.744,66 €	1011	FIDELIDADE	9,99%
- €	- €	7.584,65 €	1194	GENERALI REAIS	8,67%
- €	3,85 €	7.331,82 €	1010	LIBERTY	8,38%

Vila Nova de Gaia, 28 de Maio de 2017

A Gerência,

 **J. NEVES**  
Corretor de Seguros  
a gerência

